

Os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para Obras Públicas e Serviços de Engenharia Segundo a IN-ME 40/2020

ONLINE (AO VIVO)

Com o Auditor Federal: RAFAEL JARDIM CAVALCANTE

Nos dias 28 a 30 de setembro de 2020

Carga Horária: 12h/a de 8h30 às 12h30

APRESENTAÇÃO

No dia 22 de maio de 2010 foi publicada a novíssima IN-ME 40/2020, dispondo sobre a obrigatoriedade na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), no âmbito de compras, serviços e obras de engenharia. No caso de obras, o normativo é inédito e inexistia instrumento normativo objetivo estabelecendo o que seriam os “estudos técnicos preliminares” para obras.

Não que tais estudos já não fossem “conhecidos”: o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93, na definição de projeto básico, já situava a sua obrigatoriedade, inclusive para serviços de engenharia. A IN-MPOG 05/2017, igualmente, cita em 27 vezes o termo “Estudos Preliminares”. Nada obstante, o exato teor de tais estudos ainda é pouco conhecido; como também o seu significado e importância.

Em verdade, não raramente tais estudos são negligenciados; mormente no universo de obras públicas. Quando não solenemente ignorados, são produzidos como mera burocracia, a “engessar” os gestores e demandar-lhes a produção de papéis a tornar a “contratação” ainda mais ineficiente.

O presente curso tem justamente o objetivo desmistificar essa “burocracia”. Ao convidar os ouvintes a um entendimento de resultado, não somente os capacitará para o manejo do novo marco normativo, mas principalmente os dotará de uma visão crítica sobre o que de fato é necessário; sobre os pontos de maior atenção para contribuir para a redução dos riscos contratuais, a redundar em contratações inefetivas ou em responsabilidade dos gestores.

Estudos Técnico Preliminares, Estudos de Viabilidade, Plano Anual de Contratações, prática comparativa entre viabilidade técnica, financeira, ambiental e econômica, noções de fluxo de caixa para análise econômica a longo prazo, gestão de riscos aplicada a contratações, exercícios práticos on-line e muito mais!

Imperdível

OBJETIVO

Capacitar os participantes a identificar e compreender:

- a estrutura da Administração Pública;
- as Classificações Orçamentárias (imprescindíveis para a gestão patrimonial);
- as características e classificações do Patrimônio e Material com enfoque orçamentário;
- as normas de gestão de material, Fórmulas de Estoque;

- as normas de Desfazimento de Bens Móveis
- as tipos de inventários, particularmente, nas transferências de responsabilidade;
- as rotinas de controle interno de controle patrimonial;
- a depreciação e a reavaliação

PUBLICO ALVO

Gestores públicos, fiscais e gestores de contrato, engenheiros, arquitetos, consultores jurídicos, auditores, advogados, estudantes e todos os demais interessados em se capacitar em planejamento das contratações, compliance contratual e gestão de riscos de contratações

PROGRAMAÇÃO

INTRODUÇÃO

Definição de estudos preliminares
Relação entre estudos preliminares e governança de obras
Governança corporativa x governança dos contratos x resultados em obras públicas
Governança, compliance e sua relação com a IN-ME 40/2020

CONTEXTO NORMATIVO E VALORATIVO

Introdução à hermenêutica licitatória
Projeto Básico e Termo de Referência, segundo a Lei 8666 e o Decreto 10.024/2019
Obrigação constitucional das fases de planejamento e sua relação com o ETP
Lei 8.666 e sua relação com a IN 40/2020
Lei 13.303 e sua relação com a IN 40/2020: aplicação recomendável
IN-MPOG 05/2017 e sua relação com a IN 40/2020
Motivação x estudos técnicos preliminares
ETP como motivação da contratação e exercício da regular prestação de contas
Estudos técnicos preliminares – definição

ESTUDOS DE VIABILIDADE DE OBRAS PÚBLICAS

Definição
Estudos de viabilidade técnica
 Como realizar um estudo de viabilidade técnica para compras, obras e serviços
 Checklist para estudos de viabilidade técnica
Estudos de viabilidade ambiental
 Como realizar um estudo de viabilidade ambiental
 O manejo do princípio da sustentabilidade em licitações públicas
 Checklist para estudos de viabilidade ambiental
Estudos de viabilidade financeira
 Como realizar um estudo de viabilidade financeira
 Apresentação de assuntos correlatos da Lei de Responsabilidade Fiscal
 Uso do CUB para avaliar a viabilidade financeira de obras públicas
 Checklist para estudos de viabilidade financeira
Estudos de viabilidade econômica
 Apresentações de definições para fluxo de caixa, valor presente, valor presente líquido, taxa de desconto, custo de oportunidade de capital e taxa interna de retorno
 Como realizar um estudo de viabilidade econômica
 Exercício prático para viabilidade econômica de compras, serviços e obras de engenharia

MECÂNICA DA IN-ME 40/2020 APLICADA A OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

ETP digital
Primeira página do processo licitatório: como apresentar a definição do problema no documento formalizador da demanda

- Descrição da necessidade
- Descrição dos requisitos para a escolha da solução
- Levantamentos de mercado e pesquisa de soluções
- Descrição da solução
- Estimativas de quantidades
 - Apresentação e definição de cálculo paramétrico para definição de quantidades
 - Problemas encontrados nas estimativas de quantidades
- Estimativa do valor da contratação
 - Referências de preço paramétricas
 - Pesquisas de mercado: 3 pesquisas são suficientes?
 - Pesquisas com bases estatísticas
 - esvio padrão, distribuição normal e distribuição T-Student
- Parcelamento, subcontratação e formação de consórcios
- Relação da contratação com outras no órgão
- Alinhamento da contratação com o planejamento do órgão/entidade
- Prestação de contas e resultados pretendidos
- Procedimentos prévios à contratação
- Impactos ambientais
- Posicionamento conclusivo quanto à viabilidade

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)

- Plano Anual de Contratações como pré-requisito para a feitura do ETP
- Relação do plano anual de contratações e a governança corporativa
- Apresentação da IN-01/2019
- PGC – Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações
- Papéis do setor requisitante e do setor de licitações
- Mensuração de resultados institucionais e mensuração de resultados contratuais
- Definição e obrigatoriedade normativa
- Elaboração do Plano Anual de Contratações
 - Despesas correntes (compras, serviços e obras de engenharia)
 - Despesas de capital (compras, serviços e obras de engenharia)
- Plano anual de compras
- Plano anual de serviços continuados
- Plano anual de obras e serviços de engenharia
- Cronograma de elaboração, consolidação e aprovação do PAC no PGC

GESTÃO DE RISCOS APLICADA AOS ESTUDOS DE VIABILIDADE

- Normativos federais prevento a avaliação de riscos nos estudos de viabilidade
- Definição de risco
- Análise de riscos da contratação segundo al IN-MPOG 05/2017
- COSO-ERM e ABNT-ISO 31.000
- Identificação, análise, priorização, tratamento, controle e monitoramento de riscos segundo o COSO e a ABNT ISSO 31.000
- Exercício prático de análise de riscos em ETP

FACILITADOR

Rafael Jardim Cavalcante: Auditor Federal de Controle Externo, é o atual Secretário de Fiscalização de Bancos e Fundos de Pensão do TCU e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte. Coautor dos livros “Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU” – 4ª Edição, “O RDC e a Contratação Integrada na prática”, “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance” e “O Controle da Administração Pública na Era Digital”. No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e também de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014. Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina. Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.

INVESTIMENTO

VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 1.590,00 (Mil quinhentos e noventa reais) por participante.

BENEFÍCIOS:

- Material de apoio personalizado (apostila em arquivo digital e material complementar disponível para download)
- Certificado de participação

A cada 05 inscrições da mesma empresa neste treinamento, concederemos a 6ª como cortesia.

DEMAIS INFORMAÇÕES

A Capacity Treinamentos, através dos treinamentos online, proporciona ao cliente a mesma qualidade dos eventos presenciais, com interação entre professor e alunos em tempo real!

Características:

- * Aulas em ambiente virtual 100% Ao Vivo interativas.
- * Duração do curso: 12 horas
- * Emissão do certificado em formato digital.

REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS:

Antes do início da videoconferência, os requisitos abaixo listados devem ser avaliados para o bom funcionamento da plataforma e aproveitamento do curso. Recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas de hardware e software:

- Computador com bom desempenho;
- Conexão de internet via cabo e velocidade mínima de 10mbps;
- Webcam e microfone;
- Sistema de sonorização com qualidade (preferencialmente fone); e
- Navegador: Utilizar preferencialmente o Google Chrome, ou as versões atualizadas do Mozilla Firefox e Internet Explorer.

Importante: Se as especificações mínimas não forem atendidas, a qualidade da transmissão (áudio e vídeo) poderá ser comprometida.

AMBIENTE:

Curso ministrado em plataforma de videoconferência, totalmente ao vivo.

METODOLOGIA:

O curso será ministrado através de videoconferência, 100% ao vivo, em plataforma de transmissão online, com interação através de chat e possibilidade de participação ao vivo na transmissão, aulas expositivas e apostila em formato digital.

CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização de fornecimento, depósito. O cancelamento da inscrição, por parte do participante, poderá ser realizado no máximo 07 (sete) dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que, após este prazo, deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. **A Capacity Treinamentos** reserva-se o direito em adiar, reagendar ou cancelar os cursos online se houver insuficiência de quórum, bem como substituir palestrantes em caso fortuito ou força maior, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral). Observação: Ao CONTRATANTE que vier a desistir da participação após o prazo de cancelamento da inscrição, independente da fase ou etapa, não será possível qualquer devolução de valores pagos e nem o cancelamento da nota de empenho.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda.

CNPJ: 18.133.018/0001-27 **I.E.:** 07.643.346/001-63

END.: Rua Eugênio Jardim Qd. 26 Lt. 13 sala 201 Planaltina – Brasília-DF

CEP: 73.330-073

Dados Bancários:

Banco do Brasil Agência: 2883-5 C/C 25.595-5

CADASTRADA NO SICAF

INFORMAÇÃO E INSCRIÇÃO

Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento

capacity@capacitytreinamentos.com.br

inscricao@capacitytreinamentos.com.br

Fone/Fax: (61) 3049-3091//3049-3095

Site: www.capacitytreinamentos.com.br